

GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BMF&BOVESPA S.A."), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- (b) Prestação de serviços de ensino em nível fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- (c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- (d) Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica, testes e análises técnicas, incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na nota explicativa 2.3.

As controladas MGE e Sociesc oferecem cursos na modalidade de Ensino a Distância (EAD) no nível técnico, graduação e pós-graduação em âmbito nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referidas controladas possuem um total de 201 polos.

Aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina "Sociesc"

Em 1º de fevereiro de 2016, após a aprovação do CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica), a Sociedade, através de sua controlada PGP Educação S.A., consumou a transação celebrada em 18 de dezembro de 2015 através de Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da Sociesc e outras avenças, que resultou na titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina ("Sociesc"), uma das maiores referências de ensino de qualidade na região sul do país com cerca de 15,6 mil alunos, em cursos presenciais de educação superior, pós-graduação, ensino fundamental, ensino médio e modalidade à distância.

Reestruturação Societária

Em 30 de março de 2016, a controlada Sociesc efetuou cisão parcial de seus ativos e passivos, no montante líquido de R\$36, com o objetivo de melhor alocar algumas atividades de pesquisa e inovação que eram desenvolvidas diretamente por ela e passaram a ser desenvolvidas por um Instituto parceiro que desenvolve tais atividades para as demais escolas do grupo. Em razão de ser uma entidade sem fins lucrativos o acervo líquido foi reconhecido no resultado do exercício.

Segue abaixo a parcela cindida:

	<u>Valores vertidos</u>
<u>Ativos</u>	
Outros ativos circulantes	31
Recursos financeiros referentes a projetos de pesquisa	4.122
<u>Passivos</u>	
Projetos de pesquisas a realizar e outros	4.117
Ativos líquidos cindidos	<u>36</u>

Aquisição da FACEB Educação Ltda. "FACEB"

Em 1º de julho de 2016, a Sociedade, através de sua controlada Posse Gestão Patrimonial S.A. "PGP Gestão", celebrou Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e outras avenças, que resultou na titularidade de todos os direitos sobre a FACEB Educação, uma das maiores referências na operação de ensino superior no interior de Minas Gerais, inovação no ensino e qualidade na gestão, com cerca de 4,3 mil alunos, em cursos de graduação presencial. A transação não requereu aprovação do CADE.

Aquisição da GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda. "ACAD"

Em 1º de setembro de 2016, a Sociedade por meio de sua controlada HSM do Brasil S.A. celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária da GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda "ACAD" e outras avenças, que resultou na titularidade de todos os direitos sobre a ACAD, uma referência em educação corporativa dentro do mercado brasileiro, que conquistou diversos prêmios, sendo reconhecida pela revista Gestão&RH em 2015 e 2016 como um dos 300 melhores fornecedores para a área de Recursos Humanos e desenvolvimento de talentos das empresas, recebendo ainda o Prêmio ABT, da Associação Brasileira de Telesserviços, na categoria Inovação em Pessoas com o projeto Supertraining: treinamentos eficazes com aceleração da aprendizagem. A transação não requereu aprovação do CADE.

Constituição da Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda "Le Cordon Bleu"

Em 6 de setembro de 2016, a Sociedade e a Le Cordon Bleu International B.V. constituíram esta nova entidade. O capital social é de R\$ 6.272 divididos em 6.271.600 quotas no valor de R\$1,00 real cada, na proporção de 50% para cada um dos sócios. Com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objetivo a administração de atividades de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, treinamento, pesquisa e consultorias, cursos de extensão e à distância, bem como produção, promoção e divulgação cultural.

Aquisição da Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico Ltda "Politécnico"

Em 3 de outubro de 2016, a Sociedade através de sua controlada Posse Gestão Patrimonial S.A. "PGP Gestão" celebrou Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e outras Avenças que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico Ltda ("Instituto Politécnico"), mantenedoras da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente. O Instituto Politécnico é hoje uma das principais instituições de Ensino de Uberlândia e conta com aproximadamente 2,3 mil alunos, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial. A transação não requereu aprovação do CADE.

Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não incluem os resultados integrais das investidas Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de fevereiro de 2016, 1º de julho de 2016, 1º de setembro de 2016 e 3 de outubro de 2016 respectivamente.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esse aspecto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da controlada e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Sociedade.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da aquisição.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas e indiretas:

Nome da controlada	Participação %	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas diretas</u>		
Minas Gerais Educação S.A. ("MGE")	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC")	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação")	100	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	99,99
Le Cordon Bleu Anima Ltda ("Le Cordon Bleu")	50	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação") (*)	100	100
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("USJT")	100	100
Sociedade Educacional de Santa Catarina ("Sociesc")	100	-
GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda ("ACAD")	100	-
FACEB Educação Ltda ("FACEB")	100	-
Politécnico Participações Ltda ("Politécnico")	100	-
Instituto Politécnico Ltda ("Politécnico")	100	-

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

- 3.1. Caixa e equivalentes de caixa - São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- 3.2. Aplicações financeiras - São representados pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- 3.3. Contas a receber - São representados pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata *temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e relevantes de curto prazo.
- 3.4. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas MGE, IMEC, Unimonte, AMC, FACEB e Politécnico calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

- 3.5. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 12. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- 3.6. Imobilizado - São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 13.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- 3.7. Intangível - São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº14. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

- 3.8. Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

- 3.9. Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 31.
- 3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.
- 3.11. Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- 3.12. Custo de captação na emissão de títulos – os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.
- 3.13. Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.
- 3.14. Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- 3.15. Remuneração baseada em ações – A Sociedade e suas controladas instituem programas que incentivam seus colaboradores a adquirir ações da Ânima. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação pelas ações adquiridas e mantidos pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 e em 2016.

Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc. Vide nota explicativa 31.2.

- 3.16. Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.
- 3.17. Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas relacionadas com a prestação de serviços somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação. A receita de venda de produtos é reconhecida quando são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos produtos. Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.
- 3.18. Receita e despesa financeiras – As receitas financeiras são reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

- 3.19. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- 3.20. Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- 3.21. Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e sua controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

- 3.22. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- 3.23. Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente

abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

- 3.24. Demonstração de valor adicionado ("DVA") - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- 3.25. Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas, etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Quando não especificados de outra forma, os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 32.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
- Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

- Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- (ii) Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- (iii) É um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- (ii) O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados pela Sociedade, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- (iii) O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 32.

- 3.26. Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável ("*impairment*") na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "*impairment test*". O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade registrou o valor de R\$ 19.000 a títulos de perda por redução ao valor recuperável de ativos (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença). Vide nota explicativa nº 14.
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 23.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 8.
- Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.

- (i) Impostos e contribuições correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas conforme seu regime de tributação, e com base nas alíquotas e legislação vigente.
- (ii) Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.
 - Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quanto há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou possibilidade de utilização.
 - Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias tributáveis.
- Ajuste a valor presente (AVP): A Administração da Sociedade e suas controladas avalia e reconhece quando necessário os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo, para os ativos e passivos de longo prazo e curto prazo (relevantes).

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

As novas normas e alterações às IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor não terão impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes
IFRS 16	Arrendamento mercantil
Modificações à IAS 12	Reconhecimento de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais
Modificações à IAS 7	Fluxo de caixa
Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação
IAS 38/CPC 04	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis
Modificações à IFRS 10/CPC 36 IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/ CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

5. REAPRESENTAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e para manter a comparabilidade entre os exercícios, foram reclassificados os valores das comissões sobre financiamentos a alunos do FIES (FGEDUC) e Pravalier para a receita líquida. Abaixo demonstramos a reclassificação na demonstração do resultado e na demonstração do valor adicionado, para o período comparativo findo em

31 de dezembro de 2015. Essa alteração não impactou os saldos patrimoniais e as demais peças das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015.

Na demonstração do resultado reclassificamos da rubrica de gerais e administrativas para a rubrica da receita líquida, abaixo a reapresentação:

	Item	Consolidado		
		Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	26	856.620	(21.676)	834.944
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(492.616)	-	(492.616)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		364.004	(21.676)	342.328
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais		(66.765)	-	(66.765)
Gerais e administrativas	27	(221.573)	21.676	(199.897)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		(5.995)	-	(5.995)
		(294.333)	21.676	(272.657)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		69.671	-	69.671

Na demonstração do valor adicionado reclassificamos da rubrica de materiais, energias, serviços e outros para a rubrica de receita de produtos e serviços, abaixo a reapresentação:

	Item	Consolidado		
		Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
RECEITA				
Receita de produtos e serviços	26	876.506	(21.676)	854.830
Outras receitas		7.029	-	7.029
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(38.352)	-	(38.352)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS				
Custo dos produtos e serviços		(6.384)	-	(6.384)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(195.339)	21.676	(173.663)
VALOR ADICIONADO BRUTO		643.460	-	643.460

6. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

6.1. Aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc)

6.1.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Educação" desembolsará R\$52.500 a ser liquidado em 180 parcelas mensais iguais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo INPC a partir da data de fechamento do negócio (1º de fevereiro de 2016), com vencimento no 10º dia de cada mês. O valor presente desta operação na data de sua realização foi de R\$ 28.727

calculado aplicando uma taxa de desconto de 17% a.a.

6.1.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no segundo trimestre a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação preliminar que haviam sido contabilizados no primeiro trimestre.

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes preliminar de aquisição</u>	<u>Ajustes ao ágio (i)</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.542	-	-	5.542
Outros ativos circulantes	17.183	-	(1.525)	15.658
Outros ativos não circulantes	12.450	-	-	12.450
Imobilizado	35.184	29.428	-	64.612
Intangível	1.890	29.108	-	30.998
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	31.117	-	-	31.117
Outros passivos não circulantes	21.603	-	-	21.603
IR/CS diferido passivo	-	38.537	-	38.537
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	106.897	(54.807)	3.907	55.997
Ativos líquidos adquiridos	<u>(87.368)</u>	<u>74.806</u>	<u>(5.432)</u>	<u>(17.994)</u>

(i) Valores referentes a contingências trabalhistas e cíveis e as mensalidades canceladas do Pronatec, inicialmente não reconhecidas no balanço de abertura, e que foram reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2016 como ajuste ao ágio.

6.1.3. Ágio gerado na aquisição

	<u>01/02/2016 Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	28.727
(-) Valor justo de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>17.994</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>46.721</u>

Foi gerado ágio na aquisição da Sociesc, resultado da contrapartida paga pelo negócio que efetivamente incluiu valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas, desenvolvimento futuro de mercados, atestado de capacidade técnica e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

6.1.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>01/02/2016</u>
Contrapartidas pagas em caixa	291
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(5.542)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u>(5.251)</u>

A transação foi pactuada considerando uma dívida líquida de R\$ 30.000, a qual era efetivamente de R\$ 37.493 na data do fechamento da transação. A consequente diferença será reembolsada pelos vendedores, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes.

6.2. Aquisição da FACEB Educação Ltda (FACEB)

6.2.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Gestão" desembolsará R\$42.245, ajustados pelo caixa líquido, a ser liquidado R\$ 16.245 na data do fechamento da operação, ou seja, 1º de julho de 2016, e R\$26.000 em 10 parcelas anuais, corrigidas pela média simples dos índices de correção monetária IGPM, IPCA e INPC, com vencimento da primeira parcela em 12 (doze) meses após a data do fechamento. A Transação também prevê um pagamento de até R\$ 8.000 de *earn-out*, a serem pagos entre 2018 e 2023, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 37.327 calculado aplicando uma taxa de desconto 17% a.a.

6.2.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores ainda não finalizaram a apuração de todos os ativos e passivos a valor justo, em especial os ativos intangíveis, e consequentemente o valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação.

6.2.3. Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar)

	<u>01/07/2016</u>
	<u>Valor</u>
	<u>adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	37.327
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>(6.746)</u>
Ágio preliminar gerado na aquisição	<u><u>30.581</u></u>

Conforme comentado no item anterior, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi apurado um ágio preliminar na aquisição da FACEB. Ainda estão sendo apurados eventuais valores relativos à licenças, carteira de clientes e ao benefício das sinergias esperadas, crescimento futuro esperado das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra, bem como potenciais benefícios fiscais decorrentes de reestruturação societária.

6.2.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>01/07/2016</u>
Contrapartidas pagas em caixa	16.245
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.209)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u><u>14.036</u></u>

6.3. Aquisição da GKT Treinamento, consultoria e Editoria Ltda (ACAD)

6.3.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "HSM Brasil" desembolsou R\$30, e foi pactuada uma assunção de dívida líquida no valor de R\$2.970. Na data de fechamento da transação, ou seja, 1º de setembro de 2016, a dívida era de R\$ 3.150, a diferença foi reembolsada pelos vendedores na data de fechamento da transação, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 2.203 de *earn-out*, a serem pagos entre 2018 e 2021, conforme cumprimento de

metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 1.288 calculado aplicando uma taxa de desconto 17% a.a.

6.3.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores ainda não finalizaram a apuração de todos os ativos e passivos a valor justo, em especial os ativos intangíveis, e consequentemente o valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação.

6.3.3. Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar)

	<u>01/09/2016</u>
	<u>Valor</u>
	<u>adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	1.288
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>2.335</u>
Ágio preliminar gerado na aquisição	<u>3.623</u>

Conforme comentado no item anterior, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi apurado um ágio preliminar na aquisição da ACAD. Ainda estão sendo apurados eventuais valores relativos à marca, licenças, carteira de clientes e ao benefício das sinergias esperadas, crescimento futuro esperado das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra, bem como potenciais benefícios fiscais decorrentes de reestruturação societária.

6.3.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>01/09/2016</u>
Contrapartidas recebidas em caixa	(150)
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(579)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u>(729)</u>

6.4. Aquisição do Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico Ltda

6.4.1. Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Posse" desembolsará R\$19.132, ajustados pelo caixa líquido na data do fechamento da operação, ou seja, 3 de setembro de 2016, a ser liquidado em 73 parcelas mensais, corrigidas à taxa de 12% a.a. mais correção da TR. O valor presente desta operação é de R\$17.671 calculado aplicando uma taxa de desconto 17% a.a.

6.4.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores ainda não finalizaram a apuração de todos os ativos e passivos a valor justo, em especial os ativos intangíveis, e consequentemente o valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação.

6.4.3. Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar)

	<u>03/10/2016</u>
	<u>Valor</u>
	<u>adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	17.671
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(657)
Ágio preliminar gerado na aquisição	<u>17.014</u>

Conforme comentado no item anterior, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi apurado um ágio preliminar na aquisição do Politécnico. Ainda estão sendo apurados eventuais valores relativos à marca, licenças, carteira de clientes e ao benefício das sinergias esperadas, crescimento futuro esperado das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra, bem como potenciais benefícios fiscais decorrentes de reestruturação societária.

6.4.4. Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	<u>03/10/2016</u>
Contrapartidas pagas em caixa	-
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(37)
Desembolso (aumento) líquido de caixa	<u>(37)</u>

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	200	34	7.303	1.772
Aplicações financeiras - Operações	8.463	1.377	32.265	23.708
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>8.663</u>	<u>1.411</u>	<u>39.568</u>	<u>25.480</u>
Aplicações financeiras - Investimento	7.003	153.482	141.931	159.058
Total das aplicações financeiras	<u>7.003</u>	<u>153.482</u>	<u>141.931</u>	<u>159.058</u>

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 82,77% a 100,00% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta e por fundos de investimentos exclusivos para empresas da GAEC, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 100,89% e 102,25% do CDI, todos de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
FIES - Financiamento estudantil (a)	207.819	219.293
Contas a receber mensalidades (b)	172.502	142.030
Financiamentos (Ampliar e Pravalor) (c)	1.962	-
Eventos	2.995	3.026
Aluguéis, serviços e outros	12.898	4.301
Total	398.176	368.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -		
Demais contas a receber (d)	(96.450)	(67.428)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (e)	(16.123)	(11.970)
Total	(112.573)	(79.398)
Total geral contas a receber	285.603	289.252
Ativo circulante	195.710	165.855
Ativo não circulante	89.893	123.397

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

- (a) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas do ajuste a valor presente e comissões (FGEDUC e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo Fundo. Em dezembro de 2015 a Sociedade, por meio da ABRAES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso de repassar integralmente o saldo remanescente devido em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. A parcela com vencimento em 30 de junho de 2016 foi liquidada em 03 de agosto de 2016. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco), e está sendo revertido de forma proporcional aos saldos e datas de repasse acordados.
- (b) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (c) Referem-se a mensalidades financiadas através dos programas Ampliar (operado diretamente pela Sociedade) e Pravalor (operado pela empresa Ideal Invest), líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 5% a.a. conforme a modalidade do programa escolhida pelo aluno, mais correção pela inflação. O ajuste a valor presente é calculado sobre o saldo de contas a receber trazido a valor presente pela taxa de custo médio de capital ponderado da Anima.
- (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão

para perda e quando necessário elevamos os percentuais com o objetivo de refletir um aumento dos prazos de recebimento e a piora no ambiente macroeconômico do país.

- (e) As controladas da Sociedade constituem provisões para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES, de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, constituímos uma provisão de 3% sobre o valor financiado, na qual estimamos uma inadimplência de 20% em relação aos 15% que a Sociedade esta exposta ao risco de crédito. Os saldos relativos ao FGEDUC, são deduzidos diretamente da receita e do contas a receber (R\$20.151 em 31 de dezembro de 2016 e R\$18.786 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados em nossa política:

Consolidado					
31/12/2016					
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	207.819	-	-	207.819	72,76%
Perda de crédito FIES	-	(16.123)	-	(16.123)	(5,65%)
Cartão de crédito	3.463	-	-	3.463	1,21%
Pronatec	71	-	-	71	0,02%
A vencer	32.193	(3.949)	12,27%	28.244	9,89%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	41.854	(8.344)	19,94%	33.510	11,73%
De 91 a 180 dias	22.171	(7.977)	35,98%	14.194	4,97%
De 181 a 360 dias	30.027	(19.813)	65,98%	10.214	3,59%
De 361 a 720 dias	60.578	(56.367)	93,05%	4.211	1,48%
Total	<u>398.176</u>	<u>(112.573)</u>	<u>28,27%</u>	<u>285.603</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

Consolidado					
31/12/2015					
	Saldo do contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	165.944	-	-	165.944	57,37%
Vencido	53.349	-	-	53.349	18,44%
Perda de crédito FIES	-	(11.970)	-	(11.970)	(4,14%)
Cartão de crédito	1.314	-	-	1.314	0,45%
Pronatec	427	-	-	427	0,15%
A vencer	25.941	(3.729)	14,37%	22.212	7,68%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	33.923	(6.094)	17,96%	27.829	9,62%
De 91 a 180 dias	20.073	(7.051)	35,13%	13.022	4,50%
De 181 a 360 dias	40.798	(26.423)	64,77%	14.375	4,97%
De 361 a 720 dias	26.881	(24.131)	89,77%	2.750	0,96%
Total	<u>368.650</u>	<u>(79.398)</u>	<u>21,54%</u>	<u>289.252</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	79.398	52.201
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do período	45.554	38.352
Combinação de negócio Sociesc, FACEB e ACAD	11.914	-
Títulos baixados no período (i)	(24.293)	(13.121)
Títulos recuperados no período (ii)	-	1.966
Saldo final	<u>112.573</u>	<u>79.398</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

(ii) Refere-se a títulos baixados e que foram recuperados.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aluguel (a)	-	-	21.448	9.957
Fornecedores	1.003	357	12.331	1.915
Funcionários férias	529	314	15.495	9.475
Outros	-	-	530	637
Total	<u>1.532</u>	<u>671</u>	<u>49.804</u>	<u>21.984</u>
Ativo circulante	1.532	671	37.355	19.001
Ativo não circulante	-	-	12.449	2.983

(a) Refere-se principalmente a adiantamento de aluguel das unidades da MGE, IMEC e Sociesc.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF (a)	4.710	5.446	10.672	9.196
PIS/COFINS/CSLL	194	169	2.672	2.240
Antecipação de IRPJ (b)	-	-	2.125	2.646
Antecipação de CSLL (b)	-	-	374	928
Outros	5	4	1.312	803
Total	4.909	5.619	17.155	15.813
Ativo circulante	3.630	2.029	11.154	8.288
Ativo não circulante	1.279	3.590	6.001	7.525

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.

(b) Referem-se principalmente a valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social da controlada UNA, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, a constituição destes ativos diferidos somente ocorre quando há segurança razoável da realização destes créditos. A controladora possui créditos fiscais no montante de R\$166.545 (R\$101.810 em 31 de dezembro de 2015) e no consolidado temos o montante de R\$274.827 (R\$199.569 em 31 de dezembro de 2015) não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e da mais valia dos imóveis realizada em 2009.
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

A movimentação dos saldos passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi como segue:

	Consolidado		
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
	31/12/2015	Combinação de negócio	31/12/2016
		Efeito no resultado	
Imposto de renda	11.264	28.336	(1.233)
Contribuição social	4.056	10.201	(444)
Total	15.320	38.537	(1.677)
			52.180

11.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes de IR e CS	20.845	60.415	19.318	58.469
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(7.087)	(20.541)	(6.568)	(19.879)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	29.773	46.901	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI	-	-	43.710	58.500
Créditos tributários não constituídos	(21.658)	(26.330)	(33.945)	(31.094)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores (a)	-	3.788	-	3.788
Outras adições e exclusões	(1.028)	(30)	(1.670)	(5.581)
Imposto de renda e contribuição social calculado	-	3.788	1.527	5.734
IR e CS corrente no resultado do período	-	-	(150)	1.856
IR e CS diferido no resultado do período	-	3.788	1.677	3.878

- (a) A Sociedade constituiu crédito tributário diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, que foram utilizados para quitação de litígios existentes junto ao INSS.

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			Controladora		
	31/12/2016			31/12/2015		
	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação
Ativo:						
IMEC	97.683	79.806	100%	81.199	75.961	100%
MGE	484.739	61.108	100%	447.822	81.724	100%
BR Educação	75.368	(42.895)	100%	47.610	(13.798)	100%
Unimonte	40.245	(8.403)	100%	42.648	(5.829)	100%
PGP Gestão	25.822	(2.052)	100%	7	(70)	99,99%
VC Network	77	7	100%	70	5	100%
Valor justo alocado	52.301	(2)		52.303	(49)	
Ágio (goodwill)	35.026	-		45.326	-	
Total	811.261	87.569		716.985	137.944	

	Quantidade de ações/ cotas totais e possuídas	
	31/12/2016	31/12/2015
Controladas diretas:		
IMEC	8.789.479	7.717.479
MGE	4.532.699	4.036.199
VC Network	4.023.145	4.023.145
Unimonte	91.942.323	91.928.323
BR Educação	125.700.000	119.400.000
PGP Gestão	555.784	255.774
Le Cordon Bleu	3.135.800	-

	Quantidade de ações/ cotas totais e possuídas	
	31/12/2016	31/12/2015
Controladas indiretas:		
Una Gestão	32.564	32.564
HSM Brasil	2.489.860	2.452.360
PGP Educação	339.260	214.360
USJT	462.228	232.228
Sociesc	2	-
FACEB	30.000	-
ACAD	100.000	-
Politécnico Participações	10.000.000	-
Instituto Politécnico	1.098.417	-

As demonstrações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2016					
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	BR Educação
<u>Balanço patrimonial</u>						
Ativo circulante	117.078	221.933	77	13.422	9.223	53.329
Ativo não circulante	94.718	429.546	-	50.559	64.672	225.064
Passivo circulante	91.049	144.094	-	7.297	12.097	38.486
Passivo não circulante	23.064	22.646	-	16.439	35.976	143.795
Patrimônio líquido	97.683	484.739	77	40.245	25.822	96.112 (*)
<u>Resultado</u>						
Receita líquida	231.039	506.881	-	50.758	21.997	149.759
Custo de serviços prestados	(123.684)	(327.013)	-	(32.277)	(11.577)	(117.032)
Despesas operacionais	(37.517)	(130.985)	-	(24.503)	(8.416)	(65.568)
Resultado financeiro	9.968	12.225	8	(2.420)	(3.907)	(11.692)
IR/CS diferido/corrente	-	-	(1)	39	(149)	1.638
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>79.806</u>	<u>61.108</u>	<u>7</u>	<u>(8.403)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(42.895)</u>
	31/12/2015					
	IMEC (reapresentado)	MGE (reapresentado)	VC Network	Unimonte (reapresentado)	PGP Gestão	BR Educação
<u>Balanço Patrimonial</u>						
Ativo circulante	80.994	122.511	70	10.998	-	10.866
Ativo não circulante	93.176	449.494	-	49.412	7	82.290
Passivo circulante	55.792	94.433	-	7.341	-	10.705
Passivo não circulante	37.179	29.750	-	10.421	-	14.097
Patrimônio líquido	81.199	447.822	70	42.648	7	68.354 (*)
<u>Resultado</u>						
Receita Líquida	236.267	517.939	-	48.260	-	32.479
Custo de serviços prestados	(123.428)	(317.404)	-	(30.408)	-	(21.376)
Despesas operacionais	(40.988)	(119.035)	(1)	(21.817)	(70)	(23.906)
Resultado financeiro	4.110	(1.632)	7	(1.902)	-	(1.046)
IR/CS diferido	-	1.856	(1)	39	-	51
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>75.961</u>	<u>81.724</u>	<u>5</u>	<u>(5.828)</u>	<u>(70)</u>	<u>(13.798)</u>

(*) O saldo do patrimônio líquido da BR Educação, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

	Controladora								Total
	IMEC	MGE	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	BR Educação	Valor justo alocado	Ágio	
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	48.476	378.403	65	33.010	1	42.283	52.352	45.326	599.916
Aumento de capital	13.005	40.050	-	15.467	76	19.125	-	-	87.723
Resultado de equivalência patrimonial	75.961	81.724	5	(5.829)	(70)	(13.798)	(49)	-	137.944
Distribuição de dividendos	(56.243)	(52.355)	-	-	-	-	-	-	(108.598)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	81.199	447.822	70	42.648	7	47.610	52.303	45.326	716.985
Aumento de capital	13.600	52.370	-	6.000	27.867	65.360	-	-	165.197
Resultado de equivalência patrimonial	79.806	61.108	7	(8.403)	(2.052)	(42.895)	(2)	-	87.569
Reserva de capital	-	9	-	-	-	5.293	-	-	5.302
Distribuição de dividendos	(76.922)	(76.570)	-	-	-	-	-	-	(153.492)
Provisão para perda valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-	-	(10.300)	(10.300)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	<u>97.683</u>	<u>484.739</u>	<u>77</u>	<u>40.245</u>	<u>25.822</u>	<u>75.368</u>	<u>52.301</u>	<u>35.026</u>	<u>811.261</u>

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	3.959	(1.809)	2.150	1.382
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.151	(307)	1.844	1.434
Móveis e utensílios	10%	944	(261)	683	583
Máquinas e equipamentos	10%	373	(112)	261	321
Outros	10% e 20%	465	(304)	161	181
Imobilizado em andamento	-	149	-	149	-
Total		<u>8.041</u>	<u>(2.793)</u>	<u>5.248</u>	<u>3.901</u>

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	90.097	(26.734)	63.363	55.451
Edificações	1,43% a 4%	51.535	(4.797)	46.738	12.655
Terrenos	-	28.396	-	28.396	13.110
Máquinas e equipamentos	10%	70.724	(48.588)	22.136	20.231
Biblioteca e videoteca	10%	39.135	(19.692)	19.443	14.025
Móveis e utensílios	10%	44.517	(29.116)	15.401	13.100
Computadores e periféricos	20%	48.402	(35.515)	12.887	10.510
Outros	10% e 20%	26.793	(15.817)	10.976	6.876
Imobilizado em andamento	-	4.190	-	4.190	-
Total		<u>403.789</u>	<u>(180.259)</u>	<u>223.530</u>	<u>145.958</u>

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Baixa	Depreciações	Transferência	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2016
Computadores e periféricos	1.382	1.285	(37)	(584)	-	104	2.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.434	-	(57)	(155)	81	541	1.844
Móveis e utensílios	583	225	-	(80)	-	(45)	683
Máquinas e equipamentos	321	70	-	(32)	-	(98)	261
Outros	181	18	-	(77)	-	39	161
Imobilizado em andamento	-	2.428	(8)	-	(1.730)	(541)	149
Total	3.901	4.026	(102)	(928)	(1.649)	-	5.248

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (*)		Saldo líquido em 31/12/2015
Computadores e periféricos	931	752	(45)	(389)	133		1.382
Benfeitorias imóveis de terceiros	643	1	-	(87)	877		1.434
Móveis e utensílios	485	169	(4)	(69)	2		583
Máquinas e equipamentos	202	196	(2)	(31)	(44)		321
Outros	250	7	(1)	(75)	-		181
Imobilizado em andamento	302	813	-	-	(1.115)		-
Total	2.813	1.938	(52)	(651)	(147)		3.901

	Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Transferências	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	55.451	225	6.791	(3.977)	(7.661)	(1.394)	13.928	63.363
Edificações	12.655	-	36.618	-	(1.386)	(366)	(783)	46.738
Terrenos	13.110	-	15.282	-	-	4	-	28.396
Máquinas e equipamentos	20.231	2.937	3.755	(70)	(3.902)	108	(923)	22.136
Biblioteca e videoteca	14.025	5.102	2.827	(39)	(2.452)	(10)	(10)	19.443
Móveis e utensílios	13.100	2.049	2.760	(23)	(2.605)	249	(129)	15.401
Computadores e periféricos	10.510	2.363	3.418	(65)	(4.782)	781	662	12.887
Outros	6.876	4.732	1.206	(179)	(2.152)	87	406	10.976
Imobilizado em andamento (ii)	-	20.989	541	(79)	-	(4.110)	(13.151)	4.190
Total	145.958	38.397	73.198	(4.432)	(24.940)	(4.651)	-	223.530

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf. (ii)	Depreciações		Saldo líquido em 31/12/2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	39.492	3	(19)	21.566	(5.591)		55.451
Edificações	12.821	-	-	-	(166)		12.655
Terrenos	13.110	-	-	-	-		13.110
Máquinas e equipamentos	15.618	7.656	(107)	39	(2.975)		20.231
Biblioteca e videoteca	11.869	4.183	-	14	(2.041)		14.025
Móveis e utensílios	11.725	3.966	(594)	66	(2.063)		13.100
Computadores e periféricos	8.819	5.080	(67)	131	(3.453)		10.510
Outros	5.996	2.340	(5)	12	(1.467)		6.876
Imobilizado em andamento (ii)	2.127	20.471	(20)	(22.578)	-		-
Total	121.577	43.699	(812)	(750)	(17.756)		145.958

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se à melhorias nos Campi das controladas da Sociedade com intuito de ampliar as estruturas e maior conforto aos alunos.

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino, que após a conclusão das obras são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico.

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em

garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$75.134 (R\$25.765 em 31 de dezembro de 2015) em tais processos.

14. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
	Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	24.925	(8.793)	16.132	12.132
Total		24.925	(8.793)	16.132	12.132
		Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
	Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio (a)		330.844	-	330.844	244.642
Marcas e patentes (b)		143.116	-	143.116	121.956
Licença (c)		55.595	-	55.595	54.600
Carteira de clientes (d)	22% a 60%	33.152	(22.702)	10.450	12.384
Mailing list	38%	533	(533)	-	-
Total		563.240	(23.235)	540.005	433.582
Softwares	20%	49.336	(26.566)	22.770	16.109
Outros	10% a 33%	14.513	(8.156)	6.357	2.913
Total		63.849	(34.722)	29.127	19.022
Total do intangível		627.089	(57.957)	569.132	452.604

- (a) Refere-se ao ágio pago na aquisição do IMEC, HSM Brasil, PGP Educação e USJT que não foram alocados em ativos identificados, conforme laudos de avaliação. Também está nessa mesma rubrica, o ágio preliminar sobre a aquisição da Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico, na qual o laudo de alocação dos ativos adquiridos e os passivos assumidos ainda está em processo de elaboração. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas "UNA", "UNI-BH", "HSM", "USJT" e "SOCIESC", para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.
- (c) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT e Sociesc, para as quais a Sociedade possui o direito de manutenção através de suas investidas.
- (d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das manutenções do IMEC, HSM, USJT, Sociesc e na aquisição da manutenção da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

	Controladora				Saldo líquido em 31/12/2016
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Amortização	Transferência	
Softwares	12.132	6.237	(3.886)	1.649	16.132
Total	12.132	6.237	(3.886)	1.649	16.132

	Controladora						Saldo líquido em 31/12/2015
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Transferência parte relacionada (i)	Amortização	
Softwares	5.914	8.234	(50)	147	332	(2.445)	12.132
Total	5.914	8.234	(50)	147	332	(2.445)	12.132

(i) Venda de software da MGE e IMEC para a GAEC pagos por compensação de débitos entre controladas e controladora.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do consolidado:

	Consolidado								Saldo líquido em 31/12/2016
	Saldo líquido em 31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência (i)	Reclassificação	Amortização	Perda ao valor recuperável de ativos	Combinação de negócio (ii)	
Ágio	244.642	-	-	-	-	-	(19.000)	105.202	330.844
Marcas e patentes	121.956	-	-	-	-	-	-	21.160	143.116
Licença	54.600	-	-	-	-	-	-	995	55.595
Carteira de clientes	12.384	-	-	-	-	(8.887)	-	6.953	10.450
Softwares	16.109	7.958	(21)	2.040	855	(6.028)	-	1.834	22.747
Projetos em andamento	-	451	-	433	(861)	-	-	-	23
Outros	2.913	4.818	(24)	251	6	(2.266)	-	659	6.357
Total	452.604	13.227	(45)	2.724	-	(17.181)	(19.000)	136.803	569.132

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2015
	Saldo líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências (i)	Reclassificação	Amortização		
Ágio	244.768	-	-	-	(126)	-	-	244.642
Marcas e patentes	121.371	3	-	-	-	582	-	121.956
Licença	54.600	-	-	-	-	-	-	54.600
Carteira de clientes	18.673	-	-	-	15	(6.304)	-	12.384
Softwares	9.162	9.983	(77)	745	-	(3.704)	-	16.109
Outros	473	3.004	-	5	111	(680)	-	2.913
Total	449.047	12.990	(77)	750	-	(10.106)	-	452.604

(i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado em andamento para melhor apresentação dos saldos.

(ii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios conforme descrito na nota explicativa nº 6.

14.1. Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado							
	31/12/2016							
	IMEC	USJT	HSM	SOCIESC	FACEB	ACAD	Politécnico	Outras
Intangíveis amortizáveis:								
Carteira de clientes	-	7.350	8	3.092	-	-	-	-
Total	-	7.350	8	3.092	-	-	-	-
Intangíveis não amortizáveis:								
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	21.160	-	-	-	2.804
Licença	-	54.600	-	995	-	-	-	-
Ágio	29.825	174.445	21.370	46.721	30.581	3.623	17.014	7.265
Total	54.205	263.945	81.242	68.876	30.581	3.623	17.014	10.069
Total Geral	54.205	271.295	81.250	71.968	30.581	3.623	17.014	10.069

	Consolidado				
	31/12/2015				
	IMEC	USJT	HSM	Outras	Total
Intangíveis amortizáveis:					
Carteira de clientes	-	12.250	18	116	12.384
Total	-	12.250	18	116	12.384
Intangíveis não amortizáveis:					
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	2.804	121.956
Licença	-	54.600	-	-	54.600
Ágio	29.825	174.445	40.370	2	244.642
Total	54.205	263.945	100.242	2.806	421.198
Total Geral	54.205	276.195	100.260	2.922	433.582

14.2. Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o seguimento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Educação (i)	444.690	320.956
Outros negócios (ii)	84.865	100.242
	529.555	421.198

Em 31 de dezembro de 2016, ágio, marcas e licença foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores, exceto pela necessidade de ajuste do ágio relativo a HSM detalhado abaixo.

- (i) Para a UGC de Educação, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em

orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 16% ao ano. O cálculo considera 5 anos de projeção de fluxo específico, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento entre 4,5% a 10% ao ano dependendo da linha de negócio e praça de atuação e respectivo nível de maturidade. A inflação considerada foi de 4,5% ao ano. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

- (ii) Para a UGC de Outros Negócios, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 16% ao ano. O cálculo considera 10 anos de projeção de fluxo específico. Tal prazo foi escolhido considerando que parte significativa das receitas previstas serão oriundas de novos produtos de nossa unidade de negócio digital e das atividades de educação corporativa, as quais passaram por grande reestruturação e ampliação do escopo de atuação passando a incluir a educação de médias lideranças. Tais mudanças são relevantes e necessitam de um prazo maior do que 5 anos para atingirem o ponto de maturidade que permita que o cálculo de perpetuidade possa ser feito em bases estáveis.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2017 a 2026 de 18,7% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos, b) Expansão e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.

- Crescimento dos gastos a uma taxa de 14,5% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação das atividades, os ganhos pela reestruturação realizada no ano de 2016 e os ganhos de escala pela absorção das atividades da ACAD. Com isso a margem bruta sairá de 44,6% em 2016 para 55,1% em 2026 e a margem operacional sairá de -6,5% em 2016 para 25,8% em 2026, o que a Administração considera alcançável.

Os percentuais de crescimento da receita e de gastos descritos acima consideram uma taxa de inflação para os próximos anos de 4,5% ao ano.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constantes de 5,5% ao ano, a qual contempla uma inflação prevista de 4,5% ao ano. A Administração acredita que essa taxa de crescimento real é alcançável e é condizente com o mercado em que esta UGC atua.

Por fim a Administração avaliou que, embora a reestruturação implementada na HSM esteja trazendo os benefícios esperados, existe a possibilidade de que as curvas de crescimento de receitas traçadas no plano de negócio não sejam plenamente atingidas. Assim, foi definida uma provisão para redução ao valor recuperável de ativos no valor de R\$19.000 reduzindo o valor do ágio decorrente da aquisição desta controlada, suficiente para fazer frente a receitas até 20% menores do que aquelas previstas no plano de negócios, com a correspondente queda proporcional nos respectivos custos.

Tal perda por redução ao valor recuperável foi registrada no presente exercício e

incluída na rubrica "Outras despesas" na demonstração do resultado e apresentado na mesma rubrica e no grupo de "Vertical Gestão e Inovação Tecnológica", conforme nota explicativa nº28.

A Administração acredita que, além da premissa de redução de receitas descrita acima, nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil das operações a exceder o seu valor recuperável.

15. FORNECEDORES

Composto substancialmente por alugueis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é, respectivamente, de R\$4.032 (R\$3.315 em 31 de dezembro de 2015) e R\$23.688 (R\$19.606 em 31 de dezembro de 2015).

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
HSBC	4.329	1.073	5.402	4.356	5.364	9.720
Santander	14.375	18.401	32.776	4.515	28.719	33.234
Caixa Geral	2.508	625	3.133	2.517	3.125	5.642
IFC	6.245	139.080	145.325	-	-	-
Outros empréstimos	344	3.987	4.331	-	-	-
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	47.335	-	47.335	57.422	54.587	112.009
Itaú - Linha 4131	24.688	67.135	91.823	40.589	110.025	150.614
Total	<u>99.824</u>	<u>230.301</u>	<u>330.125</u>	<u>109.399</u>	<u>201.820</u>	<u>311.219</u>

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil	6.090	10.909	16.999	5.572	16.364	21.936
HSBC	17.178	7.560	24.738	13.471	17.083	30.554
Santander	18.345	21.797	40.142	4.515	28.719	33.234
Caixa Geral	2.508	625	3.133	2.517	3.125	5.642
IFC	6.245	139.080	145.325	-	-	-
Outros empréstimos	1.737	6.400	8.137	106	360	466
Moeda estrangeira						
HSBC - Linha 4131	47.335	-	47.335	57.422	54.587	112.009
Itaú - Linha 4131	24.688	67.135	91.823	40.589	110.025	150.614
Total	<u>124.126</u>	<u>253.506</u>	<u>377.632</u>	<u>124.192</u>	<u>230.263</u>	<u>354.455</u>

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

Consolidado					
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Capital de giro moeda nacional	25% a 100% dos recebíveis de alunos e aval cruzado com empresas do grupo	1,80% a 4,60%	CDI	28/10/2010	29/05/2023
Capital de giro moeda estrangeira	Notas promissórias e aval cruzado com empresas do grupo	2,78% a 3,89%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / 30% dos recebíveis de alunos	7,00% a 22,56%	-	30/12/2011	15/01/2026
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	12,00% a 15,90%	TR	28/10/2009	28/10/2019
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,5% a 5,50%	TJLP	23/03/2011	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 32.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 1,0% a.a. e 2,40% a.a..

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	< 3,0
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade anual e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2018	29.860	66.278	45.222	86.022
2019	53.690	86.035	61.342	94.183
2020	47.491	72.103	47.550	71.445
Após 2020	99.260	142.848	99.392	139.996
Total	230.301	367.264	253.506	391.646

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015		31/12/2015	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2017	95.194	120.840	109.635	138.671
2018	35.513	45.313	43.839	55.030
2019	33.816	40.269	39.315	46.220
Após 2019	37.297	55.905	37.474	56.094
Total	201.820	262.327	230.263	296.015

Ao longo de 2015, a Sociedade contratou empréstimos em dólares norte-americanos junto ao Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch e ao HSBC Bank Brasil S.A Banco Múltiplo, Grand Cayman Branch. Adicionalmente, visando mitigar o impacto da variação cambial em seu resultado, a Sociedade contratou um *swap* de fluxo de caixa junto ao Banco Itaú S.A e ao HSBC Bank Brasil S.A.

Os recursos serão utilizados para o fortalecimento do caixa e manutenção do plano de expansão da Sociedade.

17. DISPÊNDIOS RELATIVOS AO PLANO DE INOVAÇÃO – FINANCIAMENTO FINEP

Em 16 de dezembro de 2015 a Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT firmaram um contrato de financiamento com a FINEP.

O contrato objetiva o financiamento de inovação de natureza tecnológica, que busca o desenvolvimento de processos novos ou significativamente aprimorados (pelo menos para o mercado nacional) e que envolva risco tecnológico e oportunidade de mercado, bem como o financiamento de inovação tecnológica em caráter sistemático, que resulte em ampliação da capacidade inovativa, compreendendo investimentos em capitais tangíveis, incluindo infraestrutura física, e em capitais intangíveis.

Nos termos do instrumento contratual referido, número 0/9/15/0046/00, a Sociedade possui compromisso de informar os itens de dispêndios utilizados no decorrer do exercício:

Itens de dispêndios	2016
Pesquisa e desenvolvimento interno	2.955
Aquisição externa de pesquisa e desenvolvimento	3.860
Aquisição de software	480
Treinamento	553
Aquisição de máquinas e equipamentos	29
Produção pioneira e outras preparações para a produção e distribuição:	431
i. Obras civis e instalações para produção pioneira	431
	<u>8.308</u>

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários	1.883	1.364	18.603	16.108
Provisão de férias	3.913	2.734	25.408	16.590
INSS	712	545	10.246	7.784
FGTS	262	192	3.363	2.620
Remuneração variável	-	2.199	-	2.707
Outros	83	63	739	549
Total	6.853	7.097	58.359	46.358

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	874	688	11.762	8.121
ISS	49	15	1.895	1.706
PIS e COFINS	121	188	635	719
Outros	14	10	480	144
Total	<u>1.058</u>	<u>901</u>	<u>14.772</u>	<u>10.690</u>

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de alunos (a)	13.973	13.085
Faturamento antecipado de clientes (b)	2.644	3.827
Projetos de pesquisa (c)	2.393	3.563
Outros	<u>167</u>	<u>567</u>
Total	<u>19.177</u>	<u>21.042</u>

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.
- (c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a MGE, UNIMONTE e IMEC para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
CEMIG	1.217	1.229
FAPEMIG	394	1.725
Embaixada Britânica	405	405
Petrocoque	151	151
Apexbrasil	157	-
Settaport	50	50
Outros	<u>19</u>	<u>3</u>
Total Geral	<u>2.393</u>	<u>3.563</u>

21. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FGTS (a)	2.802	2.847
ORDINÁRIO - RFB	1.489	685
REFIS IV	367	-
Outros parcelamentos	<u>362</u>	<u>35</u>
Total	<u>5.020</u>	<u>3.567</u>
Passivo circulante	550	180
Passivo não circulante	4.470	3.387

(a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IMEC junto a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte passou a recolher os valores remanescentes através de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

22. TÍTULOS A PAGAR

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
Aquisição da Sociesc	31.839
Aquisição da FACEB	22.653
Aquisição da ACAD	1.500
Aquisição do Politécnico	<u>17.692</u>
Total	<u>73.684</u>
Passivo circulante	9.133
Passivo não circulante	64.551
	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
2018	11.556
2019	9.171
2020	9.041
Após 2020	<u>34.783</u>
Total	<u>64.551</u>

23. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Administração acompanha o andamento dos processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para que todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas (a)	34	42	11.521	10.699
Tributárias (b)	-	-	16.590	10.264
Cíveis (c)	-	-	8.181	6.952
Total	34	42	36.292	27.915

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões trabalhistas (a)	1.290	2.328	31.912	43.844
Provisões tributárias (b)	-	-	56.000	200
Provisões cíveis (c)	-	-	10.561	2.048
Total	1.290	2.328	98.473	46.092

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2015	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2016
Trabalhista (a)	2.328	(714)	(439)	115	1.290
Total	2.328	(714)	(439)	115	1.290

	31/12/2014	Adições / Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2015
Trabalhistas (a)	2.361	(149)	(52)	168	2.328
Total	2.361	(149)	(52)	168	2.328

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2015	Adições/ Reversão	Combinação de negócio (d)	Paga- mentos	Atual- zação	Compensação de depósitos judiciais	Reclassi- ficação	31/12/2016
Trabalhistas (a)	43.844	(1.985)	2.709	(12.870)	1.274	(2.094)	1.034	31.912
Tributárias (b)	200	4.142	51.900	(242)	-	-	-	56.000
Cíveis (c)	2.048	8.629	1.860	(1.295)	-	(681)	-	10.561
Total	46.092	10.786	56.469	(14.407)	1.274	(2.775)	1.034	98.473

	31/12/2014	Adições / Reversões	Paga- mentos	Atual- zação	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	31/12/2015
Trabalhistas (a)	49.171	(2.503)	(6.549)	2.446	1.279	-	43.844
Tributárias (b)	1.269	5.975	(1.720)	-	(1.536)	(3.788)	200
Cíveis (c)	2.925	1.200	(2.133)	-	56	-	2.048
Total	53.365	4.672	(10.402)	2.446	(201)	(3.788)	46.092

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a

questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações dentre outras.
- (d) Na aquisição da Sociesc a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 51.900 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão respectivamente complemento ou reversão de tal provisão. A Sociedade assumiu também o risco do eventual passivo cível e trabalhista já existentes na data de aquisição até o limite máximo de R\$4.096. O tratamento para complementar ou estornar essa provisão será o mesmo citado acima para a contingência tributária.

A Sociedade e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos de perda são possíveis, conforme abaixo, nas quais se destacam discussões nas esferas administrativas e judiciais relativas a interpretações da legislação sobre imunidade tributária de controladas em períodos anteriores às suas alterações para entidades com fins lucrativos. A Sociesc possui questionamentos tributários relativos à sua imunidade tributária, cujos riscos de perda são classificados pelos assessores legais como "possíveis", em montante R\$ 54.807 superior aos valores provisionados, conforme mencionado no item "d" acima.

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	9.015	12.836
Tributária	150.946	81.723
Cíveis	11.632	18.059
Total	171.593	112.618

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2015	Adições	Combinação de negócio	Resgate	Compensação contingência	Atualização / Reversão	Realocação	31/12/2016
Trabalhistas	10.699	3.889	548	(2.012)	(2.094)	195	296	11.521
Tributárias	10.264	4.741	-	-	-	1.585	-	16.590
Cíveis	6.952	3.106	291	(1.071)	(681)	(120)	(296)	8.181
Total	27.915	11.736	839	(3.083)	(2.775)	1.660	-	36.292

	31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização	Realocação	Provisão Contingência	31/12/2015
Trabalhistas	8.628	3.050	(408)	1.012	3	(1.586)	10.699
Tributárias	3.906	5.513	-	845	-	-	10.264
Cíveis	7.540	1.175	(1.184)	444	(3)	(1.020)	6.952
Total	20.074	9.738	(1.592)	2.301	-	(2.606)	27.915

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, para exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é composto por 80.944.571 (82.866.371 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ambas correspondente a R\$ 496.411, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2016	31/12/2015
Total de ações em circulação	80.027.482	82.592.482
Ações em tesouraria	917.089	273.889
Total geral de ações	<u>80.944.571</u>	<u>82.866.371</u>

(b) Reservas de capital e custo na emissão de títulos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva de capital e o custo na emissão de títulos é de R\$6.533 (R\$1.231 em 31 de dezembro de 2015). A movimentação refere-se à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 31.2.

(c) Ações em tesouraria

Durante os meses de janeiro a dezembro de 2016 a Sociedade recomprou 2.565.000 ações ordinárias no montante de R\$27.622 a um custo médio de R\$10,77 reais, com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015.

Em 21 de outubro de 2016 a Sociedade cancelou 1.921.800 ações ordinárias sem valor nominal e sem redução do capital social.

O valor baixado referente ao cancelamento das ações foi de R\$ 20.819 em contra partida a reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de ações em tesouraria é de 917.089 ações ordinárias no montante de R\$9.952 (273.889 ações ordinárias no montante de R\$ 3.149 em 31 de dezembro de 2015)

(d) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada as reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o saldo de reserva legal é de R\$ 14.420.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios e cancelamento das ações em tesouraria, que foi efetuado em 21 de outubro de 2016. Conforme estatuto estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva de retenção de lucros é de R\$197.846.

(e) Dividendos

Conforme o Estatuto Social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registrou o montante de R\$4.951 a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas.

(f) Lucro por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício	20.845	64.203
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	80.400	82.853
Lucro básico por ação ordinária - R\$	<u>0,26</u>	<u>0,77</u>

(ii) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Sociedade, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa nº 31.2.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade	20.845	64.203
Quantidade média ponderada de ações	80.400	82.853
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	835	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	81.235	82.853
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,26</u>	<u>0,77</u>

25. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. As controladas da Sociedade oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios

de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

26. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (reapresentado)
Receita bruta de produtos e serviços	2.819	2.534	1.037.660	825.484
Receita FIES líquida	-	-	367.656	376.939
Descontos em mensalidades	-	-	(398.674)	(318.109)
Impostos sobre faturamento	(300)	(216)	(21.824)	(19.886)
Comissões (a)	-	-	(27.812)	(21.676)
Ajuste a valor presente	-	-	3.428	(7.808)
Receita líquida	<u>2.519</u>	<u>2.318</u>	<u>960.434</u>	<u>834.944</u>

(a) Referem-se a comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC e agente financeiro), Pravalor e pólos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Sociedade, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Gratuidade PROUNI	(214.174)	(168.950)
Bolsas e descontos concedidos	(154.718)	(116.856)
Pós-graduação	(3.989)	(6.772)
Convênios com empresas	(4.987)	(5.051)
Devoluções, abatimentos e outros	(20.806)	(20.480)
Total	<u>(398.674)</u>	<u>(318.109)</u>

27. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
Propaganda e publicidade	(1.839)	(1.054)	(29.840)	(28.413)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 8)	-	-	(45.554)	(38.352)
Impostos e taxas	(1.860)	(527)	(4.714)	(3.084)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 23)	599	(19)	(12.060)	(9.724)
Outras receitas operacionais	3.733	2.469	4.442	4.556
Receita com aluguel de salas e lojas	-	-	5.176	2.257
Despesas com pessoal (a)	(7.505)	(8.424)	(543.226)	(454.384)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(4.498)	(3.409)	(59.147)	(40.286)
Despesas com aluguel e ocupação	(95)	(440)	(92.671)	(73.358)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(928)	(651)	(24.940)	(17.756)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(3.886)	(2.445)	(17.181)	(10.106)
Provisão perda valor recuperável de ativos (nota explicativa nº 14)	(10.300)	-	(19.000)	-
Manutenção	(227)	(30)	(14.108)	(8.751)
Deslocamentos	(1.031)	(871)	(9.649)	(5.489)
Distrato Whitney (c)	-	(53.658)	-	(53.658)
Outras despesas	(453)	(48)	(41.873)	(28.725)
Total	<u>(28.290)</u>	<u>(69.107)</u>	<u>(904.345)</u>	<u>(765.273)</u>
Classificadas como:				
Custo	(16.912)	(15.370)	(611.583)	(492.616)
Despesas comerciais	(1.839)	(1.053)	(75.394)	(66.765)
Despesas gerais e administrativas	(1.712)	(54.608)	(191.213)	(199.897)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(7.827)	1.924	(26.155)	(5.995)

(a) O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

(b) O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

(c) Refere-se à uma despesa não recorrente oriunda do distrato junto a Whitney do Brasil Holding Ltda.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos, ocupação e outras.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- (a) Ensino - Atividade atrelada às controladas MGE, IMEC, UNA, Unimonte, USJT, PGP Educação, Sociesc, FACEB e Politécnico, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em nível fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- (b) Vertical de Gestão e Inovação Tecnológica - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Sociesc e ACAD focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, prestação de serviços de testes e análises técnicas, laboratórios de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.
 - (i) A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e

gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2016			
	Consolidado			
	Ensino	Vertical Gestão e Inovação Tecnológica	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	914.124	46.310	-	960.434
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(579.639)	(31.944)	-	(611.583)
LUCRO BRUTO	334.485	14.366	-	348.851
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(70.682)	(2.727)	-	(73.409)
Gerais e administrativas	(114.267)	(16.088)	-	(130.355)
Corporativo (i)	-	-	(64.370)	(64.370)
Outras (despesas) receitas operacionais	(5.261)	(19.366)	(1)	(24.628)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	144.275	(23.815)	(64.371)	56.089
Resultado financeiro	7.709	(1.214)	(2.313)	4.182
Resultado financeiro corporativo	-	-	(40.953)	(40.953)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	151.984	(25.029)	(107.637)	19.318
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.525	3	(1)	1.527
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	153.509	(25.026)	(107.638)	20.845

	31/12/2015			
	Consolidado			
	(reapresentado)			
	Ensino	Vertical Gestão e Inovação Tecnológica	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	802.465	32.479	-	834.944
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(471.240)	(21.376)	-	(492.616)
LUCRO BRUTO	331.225	11.103	-	342.328
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(60.974)	(4.431)	-	(65.405)
Gerais e administrativas	(75.827)	(18.527)	(53.729)	(148.083)
Corporativo	-	-	(54.302)	(54.302)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.494)	(372)	(1)	(4.867)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.930	(12.227)	(108.032)	69.671
Resultado financeiro	576	(1.046)	8	(462)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(10.740)	(10.740)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	190.506	(13.273)	(118.764)	58.469
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.895	51	3.788	5.734
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	192.401	(13.222)	(114.976)	64.203

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

29. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	10.331	10.273	22.790	15.466
Receita com juros de mensalidades	-	-	10.987	8.272
Variação cambial ativa	8	1.251	155	1.315
Variação cambial de empréstimos	45.520	-	45.520	-
Ganho com derivativo realizado	2.406	-	2.406	-
Receita com derivativos	-	22.818	-	24.814
Correção monetária AVP	751	253	15.813	3.591
Desconto obtido	13	150	1.684	1.667
Outros	-	-	1.198	38
Total	59.029	34.745	100.553	55.163
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa de juros com empréstimos	(50.283)	(21.386)	(60.487)	(29.994)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(13.415)	(5.629)
Perda com derivativo realizado	(8.579)	-	(8.579)	-
Variação cambial de empréstimos	(39.347)	(22.818)	(39.347)	(23.487)
Variação cambial passiva	(7)	-	(130)	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	(166)	(8.706)	(183)
Despesa Bancária	(1.597)	(873)	(1.806)	(1.082)
Outros	(169)	(242)	(4.854)	(5.990)
Total	(99.982)	(45.485)	(137.324)	(66.365)
Resultado financeiro	(40.953)	(10.740)	(36.771)	(11.202)

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável – A Sociedade e suas controladas MGE, IMEC, Unimonte e USJT possuem o programa Compostella, que tem por objetivo oferecer remuneração variável à liderança, desde que a instituição alcance suas metas globais e cada liderança atinja suas metas individuais. Não houve pagamento deste benefício para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.068 em 31 de dezembro de 2015).

Benefício alimentação - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação e a Sociesc, que oferece apenas a opção de refeição. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram gastos com esse benefício R\$8.353 (R\$7.160 em 31 de dezembro de 2015).

Plano de saúde e odontológico - A Sociedade e suas controladas oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores com regime de coparticipação, conforme critérios definidos em sua política. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o gasto foi de R\$8.648 (R\$5.442 em 31 de dezembro de 2015).

Bolsa de estudo – A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 50% a 100% de acordo com a faixa salarial, curso escolhido e rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal de cada vez. Adicionalmente os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Anima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram disponibilizados R\$19.938 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$17.275 em 31 de dezembro de 2015).

Auxílio creche – A Sociesc oferece aos seus colaboradores o valor de até 50% do salário

mínimo para os colaboradores com filho até 1 ano de idade, matriculados em creche particular, a USJT oferece 100% do auxílio creche aos seus empregados.

Auxílio transporte – A Sociesc oferece aos seus diretores corporativos e diretores de unidades auxílio transporte mensal e também cartão combustível e pedágio.

Assistência funeral – A Sociesc oferece aos seus colaboradores auxílio funeral, onde em caso de morte do colaborador, os filhos maiores de 14 anos possuem direito a assistência funeral e indenização no valor de R\$ 5 mil e para os filhos menores de 14 anos possuem direito somente a assistência funeral no valor máximo de R\$ 5 mil.

Previdência privada – A Sociesc oferece aos seus colaboradores plano de previdência privada contratado junto ao Bradesco, com contribuição de até 70%, limitado a 10% do salário do colaborador, com vencimentos acima de R\$ 7 mil e contribuição de 100% para os colaboradores com vencimentos abaixo de R\$ 7 mil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram gastos R\$704 com esse benefício.

Seguro de vida: A ACAD oferece seguro de vida sem desconto ao seu colaborador sem nenhuma coparticipação.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora							
	31/12/2016			31/12/2015				
	Ativo	Passivo		Resultado	Ativo	Passivo		Resultado
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Fornecedores	Receitas	
MGE	4.672	380	-	2.095	3.278	476	1.882	
IMEC	3.219	292	-	-	2.260	248	-	
AMC	2.832	91	-	-	1.753	83	651	
Unimonte	1.270	258	22	724	844	235	-	
HSM Brasil	144	73	-	-	77	-	-	
Outros	68	70	-	-	68	69	-	
Total	12.205	1.164	22	2.819	8.280	1.111	2.533	

	Consolidado						
	31/12/2016			31/12/2015			
	Ativo		Resultado	Ativo		Passivo	Resultado
	Contas a receber	Mútuo	Despesas	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Despesas
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	-	3.482	-	-	270	3.178
Instituto UNA	32	147	-	32	12	-	-
Virtual	36	-	-	36	-	-	-
Total	68	147	3.482	68	12	270	3.178

(a) Refere-se ao aluguel do Campus Aimorés utilizado pela MGE.

31.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.649	4.344	11.186	11.777
Benefícios de longo prazo	-	-	5.288	-

31.2. Remuneração baseada em ações

Com a aquisição da Sociesc, e com o objetivo da permanência do principal executivo, a Sociedade pactuou um contrato de bonificação em ações sujeito ao

atingimento de metas financeiras, operacionais, desempenho acadêmico e gestão de pessoas para os próximos cinco anos, que poderão resultar na bonificação de até 900 mil ações da Sociedade (ANIM3).

As ações outorgadas serão liquidadas exclusivamente com instrumentos patrimoniais (ações da Sociedade) e a Sociedade não possui obrigação de alterar a liquidação para pagamento em dinheiro.

Conforme definido nas regras de previsão de saída do executivo, dentro do período de vigência do contrato de bonificação, o executivo já possui o direito a um montante fixo de 450 mil ações. Por este motivo a Sociedade já reconheceu em seu resultado o valor correspondente a estas ações.

No exercício de 2016 com o atingimento parcial da meta financeira, o executivo possui o direito de mais 54 mil ações.

O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no exercício de 2016, ao preço médio de R\$ 10,48.

O valor justo das ações concedidas foi reconhecido na despesa na rubrica "despesas com pessoal" e a contrapartida está registrada na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido no valor de R\$5.288 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

32.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Sociedade e suas controladas gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2016:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16.)	124.126	106.564	146.942	377.632
Derivativos	13.061	-	9.641	22.702
Fornecedores (nota explicativa nº 15.)	23.688	-	-	23.688
Títulos a pagar (nota explicativa nº 22.)	9.133	20.728	43.823	73.684
Em 31 de dezembro de 2015:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 16.)	124.192	153.474	76.789	354.455
Derivativos	(12.093)	(2.131)	(8.594)	(22.818)
Fornecedores (nota explicativa nº 15.)	19.606	-	-	19.606

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a

um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) Contas a receber: A Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Em 2016 a Sociedade criou financiamentos através dos programas Ampliar e Pravalor (nota explicativa nº 8), onde o aluno paga entre 33% e 65% de sua mensalidade e o restante após formado até o dobro do tempo do curso. Para esta carteira a Sociedade adotou percentuais de perda mais conservadores onde o título a vencer possui uma provisão de 40% e 100% para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

Para a carteira de alunos que não conseguiram aditar seus contratos de FIES – Fundo de Financiamento Estudantil dentro do prazo, a Sociedade constituiu uma provisão para perda no percentual de 50%.

- (ii) Instrumentos financeiros: A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.663	1.411	39.568	25.480
Aplicações financeiras	7	7.003	153.482	141.931	159.058
Contas a receber	8	12.205	8.280	285.603	289.252
Adiantamentos diversos	9	1.532	671	49.804	21.984
Créditos com partes relacionadas	31	-	-	147	12
Total		<u>29.403</u>	<u>163.844</u>	<u>517.053</u>	<u>495.786</u>

- (c) Risco de mercado - é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem, de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção.
- (i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração

A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Essas operações de derivativos são contabilizados no balanço da Sociedade pelo seu valor justo e os ganhos ou as perdas relacionados são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

As operações de derivativos foram contratadas junto ao banco Itaú Unibanco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., nos seguintes montantes e condições:

Consolidado						
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$mil)	Taxa Contratada	Taxa Swap
Operações SWAP						
28/08/2015	17/08/2017	13.793	3,6250	13.061	3,893% a.a.	CDI + 1,00% a.a.
26/08/2015	26/08/2020	28.090	3,5600	9.641	2,788% a.a.	CDI + 2,40% a.a.
Total		<u>41.883</u>		<u>22.702</u>		
Passivo circulante				13.061		
Passivo não circulante				9.641		

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações do valor justo foram registradas na rubrica “despesas financeiras” no montante de R\$45.520 em contrapartida à rubrica “derivativos”.

A Administração da Sociedade mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	16	361.992	353.989
Derivativos	32	22.702	(22.818)
TJLP e TR	16	3.485	466
Outros (i)	16	12.155	-
Títulos a pagar:			
INPC	22	33.339	-
Média INPC/IGPM/IPCA	22	22.653	-
TR	22	17.692	-
Total		<u>474.018</u>	<u>331.637</u>

- (i) Empréstimos e financiamentos sem indexador.

32.2. Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	16	330.125	311.219	377.632	354.455
Derivativos	32.1	22.702	(22.818)	22.702	(22.818)
Caixa e equivalentes de caixa	7	(8.663)	(1.411)	(39.568)	(25.480)
Aplicações financeiras	7	(7.003)	(153.482)	(141.931)	(159.058)
Dívida (caixa) líquido		337.161	133.508	218.835	147.099
Patrimônio líquido	24	635.692	642.118	635.692	642.118
Índice de alavancagem financeira		53,04%	20,79%	34,42%	22,91%

32.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 16), posteriormente trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada período, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 15,82% (16,15% em 31 de dezembro de 2015).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	16	330.077	330.125	288.301	311.219
Derivativos	32.1	22.702	22.702	(22.818)	(22.818)
Total		352.779	352.827	265.483	288.401

	Nota explicativa	Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos e financiamentos	16	372.776	377.632	331.177	354.455
Derivativos	32.1	22.702	22.702	(22.818)	(22.818)
Títulos a pagar	22	73.684	73.684	-	-
Total		<u>469.162</u>	<u>474.018</u>	<u>308.359</u>	<u>331.637</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos e títulos a pagar.

32.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	12.205	8.280	285.603	289.252
	<u>12.205</u>	<u>8.280</u>	<u>285.603</u>	<u>289.252</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	77	30	2.300	1.682
Aplicações financeiras (i) AAA	-	-	173.020	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	119	-	4.884	
Aplicações financeiras (i) AA+	15.466	154.859	1.176	182.766
	<u>15.662</u>	<u>154.889</u>	<u>181.380</u>	<u>184.448</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

33. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário provável (indexadores utilizados: CDI – 13,63%, INPC – 6,58%, IPCA – 6,29%, IGPM – 7,19% e TR – 2,01%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2016						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			Cenário remoto (50%)
			Cenário provável	Cenário possível (25%)		
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(15.466)	(2.108)	(2.635)	(3.162)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	190.967	26.029	32.536	39.043
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	139.158	18.967	23.709	28.451
Derivativos	CDI	Alta do CDI	22.702	3.094	3.868	4.641
Exposição líquida - perda			<u>337.361</u>	<u>45.982</u>	<u>57.478</u>	<u>68.973</u>
Consolidado						
31/12/2016						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			Cenário remoto (50%)
			Cenário provável	Cenário possível (25%)		
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(174.196)	(23.743)	(29.679)	(35.614)
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	238.473	32.504	40.630	48.756
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	139.158	18.967	23.709	28.451
Derivativos	CDI	Alta do CDI	22.702	3.094	3.868	4.641
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	33.338	2.194	2.742	3.290
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	22.653	1.515	1.893	2.272
Títulos a pagar	TR	Alta da TR	17.693	356	445	534
Exposição líquida - perda			<u>299.821</u>	<u>34.887</u>	<u>43.608</u>	<u>52.330</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI divulgada pela Cetip, do INPC, IPCA, IGPM divulgados pelo IBGE e da TR divulgada pelo BACEN, consideradas pela administração como fontes externas independentes e confiáveis.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

34. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía apólices de seguro que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31

de dezembro de 2016, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- (a) Em 01 de fevereiro de 2016, pela compra da Sociesc, a controlada PGP Educação desembolsou o montante de R\$291 e recebeu a Sociesc com um caixa de R\$5.542, afetando o fluxo no valor líquido de R\$5.251.
- (b) Em 01 de julho de 2016, pela compra da Faceb, a controlada PGP Gestão desembolsou o montante de R\$16.245 e recebeu a Faceb com um caixa de R\$2.209, afetando o fluxo no valor líquido de R\$14.036
- (c) Em 01 de setembro de 2016, pela compra da ACAD, a controlada HSM desembolsou o montante de R\$30, recebeu R\$180 referente a reembolso da dívida líquida e recebeu a ACAD com um caixa de R\$579, afetando o fluxo no valor líquido de R\$729.
- (d) Em 03 de outubro de 2016, pela compra do Instituto Politécnico, a controladora PGP Gestão não desembolsou nenhum valor, pois o mesmo foi abatido pela dívida líquida, e recebeu o Instituto Politécnico com um caixa de R\$37, afetando nesse valor, o fluxo de caixa.
- (e) Em 21 de outubro de 2016, a Sociedade cancelou 1.921.800 ações ao valor de R\$26.329, sem redução do Capital Social; este valor não teve efeito no fluxo de caixa.
- (f) Durante o exercício de 2016 as controladas da Sociedade compensaram o montante de R\$2.775 entre depósitos judiciais e provisão para risco.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO
Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO
Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO
Contadora
CRC/MG 088.391/O-8